

◆1-Política Econômica

O IED no Brasil e no mundo: principais tendências

Em nível mundial, observou-se ao longo dos anos 90 um expressivo crescimento dos fluxos de Investimentos Externos Diretos (IED). Apenas em 1998 – último dado divulgado pelo *World Investment Report* da UNCTAD de 1999 – estes cresceram 37%, contra 1997.

A principal característica dos fluxos de IED tem sido a crescente concentração nos países desenvolvidos, que receberam 72% do total investido em 1998, ante os 58% em 1994 – ver Tabela 1.1. Dentre os países desenvolvidos, os Estados Unidos continuam a ser os maiores receptores e investidores de capital de longo prazo. Destaca-se também a participação da União Européia no total.

No *ranking* mundial, o Brasil ocupa o nono lugar dentre os maiores receptores de IED – ver Tabela 1.2. No grupo dos países em desenvolvimento, o Brasil é o segundo maior receptor, perdendo apenas para a China. De fato, apesar da redução da participação dos países em desenvolvimento nos fluxos globais de IED, o Brasil vem conseguindo aumentar a sua participação, que passou de 0,54% em 1990, para 4,46% em 1998.

O aumento dos fluxos de IED para o Brasil nos últimos anos tem sido fundamental para financiar o déficit em transações correntes, ao tornar o país menos dependente dos capitais externos de curto prazo, mais voláteis. Os números são expressivos: de um total de US\$ 1,6 bilhão em 1992, os fluxos de IED atingiram US\$ 30,0 bilhões em 1999.

Este rápido crescimento dos IED no Brasil tem decorrido da combinação de quatro fatores principais: i) a estabilização macroeconômica, com impacto positivo sobre as perspectivas de crescimento; ii) a liberalização comercial; iii) o fortalecimento do Mercosul como um mercado doméstico ampliado; e iv) o aprofundamento do processo de privatização nas áreas de serviços públicos. Em 1999, 29% dos IED recebidos pelo Brasil corresponderam a investimentos voltados para a privatização.

Quanto à distribuição setorial, destaca-se o aumento expressivo da participação dos serviços nos fluxos recentes de IDE, o que reflete, entre outros, o processo de reestruturação do setor financeiro brasileiro e o processo de privatização de serviços públicos. Em 1999, esta participação foi de 85% do fluxo total de IED – ver Tabela 1.3. Com estes resultados, houve uma mudança considerável na distribuição do estoque de capital estrangeiro na economia brasileira: o setor de serviços passou de uma participação de 27% em 1990, para uma de 43% em 1995, atingindo o expressivo percentual de 68% em 1999. Em relação ao setor industrial, continua existindo uma concentração dos IED nas indústrias automobilística, química e de alimentos e bebidas. Também se destaca o crescimento dos IED nas indústrias de equipamentos eletrônicos, de informática e de telecomunicações.

Os Estados Unidos continuam a ter a maior participação no estoque de capital estrangeiro do Brasil – ver Tabela 1.4. Entretanto, destaca-se o aumento da participação da Espanha, o que reflete o expressivo crescimento dos fluxos de IED daquele país, principalmente, nos últimos anos da década: em 1998 e 1999, os IED espanhóis apresentaram participações de 22% e 28% do total, respectivamente.

TABELA 1.1
EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS RECEBIDOS - PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)

Pais/Região	1994	1995	1996	1997	1998
Países desenvolvidos	58	64	58	58	72
Europa Ocidental	32	37	30	29	37
União Européia	30	35	27	27	36
Estados Unidos	19	18	23	23	30
Japão	0,4	-	0	1	1
Países em desenvolvimento	42	36	42	42	29
África	2	2	1	1	1
América Latina e Caribe	12	10	13	14	11
Ásia/Pacífico	25	21	24	22	13
Outros	3	4	4	5	3

Fonte: Carta da SOBEET número 13.

TABELA 1.2
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO - OS MAIORES RECEPTORES NO MUNDO FLUXOS ACUMULADOS 1990-1998 (US\$ BILHÕES)

R a n k i n g	V a l o r
1 - Estados Unidos	6 2 0
2 - China	2 4 7
3 - Reino Unido	2 4 0
4 - França	1 7 3
5 - Bélgica / Luxemburgo	1 0 5
6 - Holanda	1 0 3
7 - Espanha	7 9
8 - Canadá	7 0
9 - Brasil	6 9
10 - México	6 9
11 - Suécia	6 7
12 - Cingapura	6 1
13 - Austrália	5 9
14 - Alemanha	4 1
15 - Malásia	3 8

Fonte: Carta da SOBEET número 13.

TABELA 1.3
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO - DISTRIBUIÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA (%)

	Estoque		Fluxos				
	1995	1999(1)	1996	1997	1998	1999(1)	
Agropecuária e extrativa mineral	2	1	1	3	1	2	
Indústria	55	30	23	13	12	13	
Alimentos e bebidas	5	3	2	2	1	2	
Produtos químicos	11	6	3	2	2	3	
Produtos Minerais não metálicos	2	1	3	1	0	1	
Maq., apar. e materiais elétricos	3	2	0	1	0	2	
Mat. eletrônico e equip.comunic.	1	1	1	1	1	2	
Veículos autom. e carrocerias	7	5	4	1	5	2	
Outros	0	0	10	4	3	2	
Serviços	43	68	76	84	88	85	
Eletricidade, gás e água quente	0	9	21	23	9	15	
Comércio atacado e interm.com.	5	5	3	5	5	4	
Comércio varejo e rep. de objetos	2	3	5	1	5	4	
Correio e telecomunicações	0	11	8	5	11	40	
Intermediação financeira	3	9	5	10	25	3	
Serviços prestados a empresas	27	25	26	35	27	12	
Outros	7	6	7	5	5	7	
Total	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Departamento de Capitais Estrangeiros - Firce - Banco Central. Nota: (1) Período de janeiro a setembro de 1999.

TABELA 1.4
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO - PARTICIPAÇÃO POR PAÍS DE ORIGEM (%)

Países	Estoque		Fluxos				
	1995	1999(1)	1996	1997	1998	1999(1)	
Estados Unidos	26	24	26	29	20	23	
Alemanha	14	7	3	1	2	2	
França	5	7	13	8	8	6	
Reino Unido	4	3	1	1	1	6	
Países Baixos	4	8	7	10	14	7	
Ilhas Cayman	2	7	9	22	8	7	
Espanha	1	11	8	4	22	28	
Portugal	0	5	3	4	8	12	
Outros	45	29	32	21	18	10	
Total	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Departamento de Capitais Estrangeiros - Firce - Banco Central. Nota: (1) Período de janeiro a setembro de 1999.

ÍNDICE

◆2 - Nível de Atividade: Perspectivas para 2000.....	2
◆3 - Inflação: O comportamento recente dos preços.....	3
◆4 - Finanças Públicas: Governo supera meta fiscal.....	4
◆5 - Mercado Financeiro: O mercado de câmbio.....	5
◆6 - Setor Externo: Prossegue a recuperação das exportações.....	6
◆7 - Operações do BNDES e da FINAME.....	7
◆8 - Anexo Estatístico.....	9

◆2 - Nível de Atividade

O resultado do PIB de 1999

Segundo o IBGE, o PIB de 1999 apresentou um crescimento real de 0,82%, em relação a 1998. Este foi um resultado favorável tendo em vista as projeções do mercado de uma queda de até 5% do PIB divulgadas no início do ano de 1999. Entretanto, levando em consideração que o crescimento populacional de 1,2% ficou acima do crescimento do PIB, a renda per capita apresentou uma redução de 0,4% no período. No ano, destacou-se o desempenho da agropecuária, com um crescimento acumulado de 8,99%, ante 1998 - ver Tabela 2.1.

O crescimento em 1999 foi influenciado, em grande medida, pelo desempenho do nível de atividade no último trimestre do ano, com crescimento dessazonalizado de 1,42% contra o trimestre anterior. Este resultado decorreu, principalmente, da forte recuperação da atividade industrial, com destaque para a indústria de transformação, com crescimento dessazonalizado de 5,56% no período - ver Gráfico 2.1. No setor de serviços, destacou-se a performance de comunicações, com expansão dessazonalizada de 6,43% no quarto trimestre, contra o trimestre anterior.

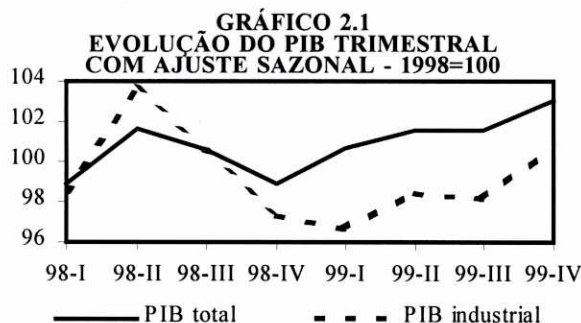


TABELA 2.1
PIB TRIMESTRAL - VARIAÇÕES (%)

	99.IV/98.IV	99.IV/99.III(1)	Tx. acum. no ano
Agropecuária	14,87	-1,37	8,99
Lavouras	29,67	0,73	11,26
Extrativa vegetal	4,74	1,57	1,45
Produção animal	-0,57	-5,72	5,73
Indústria	3,27	2,55	-1,66
Extrativa mineral	1,15	2,65	0,85
Transformação	5,52	5,56	-1,25
Construção	-0,55	-2,63	-3,61
Serv. util. pública	2,38	0,87	1,97
Serviços	1,82	1,30	1,07
Comércio	6,30	5,67	0,50
Transporte	0,71	-0,57	-0,13
Comunicações	4,02	6,43	8,64
Instit. Financeiras	3,13	2,40	0,82
Outros serviços	-0,08	-0,56	-0,34
Aluguel de imóveis	1,95	0,48	1,95
Adm. pública	0,25	-0,09	0,67
Dummy Financeiro	3,13	2,75	0,82
PIB(2)	3,13	1,42	0,82

Fonte: IBGE.

Nota: (1) Com ajuste sazonal.

(2) A preços básicos.

GRÁFICO 2.2
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - média de 1997 = 100

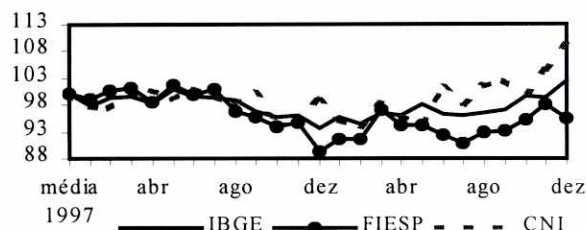
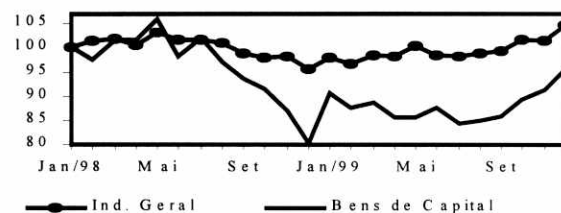


GRÁFICO 2.3
PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL IBGE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN DE 1998 = 100



A evolução recente do nível de atividade

Segundo o IBGE, a produção física industrial apresentou um crescimento dessazonalizado de 3,1% em dezembro, ante novembro - ver Gráfico 2.2. Segundo a CNI, as vendas reais da indústria também apresentaram um crescimento dessazonalizado em dezembro, de 4,2% ante novembro. O INA da FIESP, por sua vez, registrou uma redução dessazonalizada de 2,7% em dezembro, contra novembro.

Na análise da indústria por categorias de uso do IBGE, destacou-se o desempenho da produção física industrial de bens de capital que, apesar de acumular no ano uma redução de 8,9%, ante 1998, apresentou um crescimento dessazonalizado de 4,6% em dezembro, contra novembro. No comparativo mês/igual mês do ano anterior, o crescimento de 18,0% foi ainda mais significativo, confirmando a retomada de taxas positivas a partir de novembro, frente aos resultados negativos apresentados desde janeiro de 1999 - ver Gráfico 2.3.

As perspectivas para 2000

Com o resultado do PIB em 1999 melhor do que o esperado, as projeções para 2000 tornaram-se mais otimistas, com o mercado prevendo uma taxa de variação real do PIB de cerca de 3,5%, ante o ano anterior - ver Anexo Estatístico. Um crescimento mais expressivo do PIB dependerá do desempenho das exportações e da possibilidade de reduções adicionais das taxas de juros - o que dependerá, por sua vez, da confirmação da tendência de queda da inflação ao longo do ano. De qualquer forma, espera-se que o maior crescimento do PIB em 2000, em relação a 1999, possa levar a uma redução da taxa de desemprego da economia, que prossegue em patamares elevados quando comparada aos níveis de 1997.

◆3 - Inflação

O comportamento recente dos preços

Como já vinha sendo sinalizado pelos índices de inflação do mês de janeiro, os resultados de fevereiro apontaram para uma intensificação da desaceleração da taxa de crescimento dos preços bem acima das expectativas iniciais do mercado – ver Gráfico 3.1.

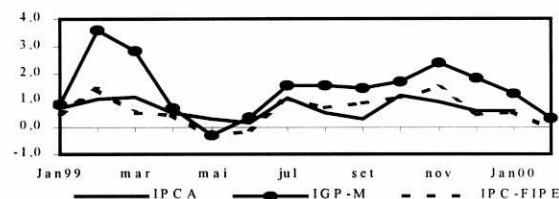
No mês de janeiro, o IPCA permaneceu praticamente estável em relação ao mês de dezembro (0,60%), registrando uma taxa de inflação de 0,62% enquanto o IGP-M, neste mesmo período de comparação, passou de 1,81% para 1,24%.

Em fevereiro, a terceira prévia do IPC-FIPE – um importante indicador do comportamento dos preços ao consumidor – registrou uma taxa de deflação de 0,05%, o que levou a FIPE a reduzir a sua expectativa de inflação para o fechamento do mês de 0,2% para uma taxa de deflação de igual magnitude. Da mesma maneira, o IGP-M registrou uma expressiva queda em fevereiro, fechando o mês em 0,35%.

Vale ressaltar que apesar de existirem importantes diferenças metodológicas entre o IPC-FIPE e o IPCA – índice a partir do qual as metas inflacionárias são fixadas –, o comportamento recente do primeiro sugere que o IPCA de fevereiro possa ficar significativamente abaixo do registrado em janeiro.

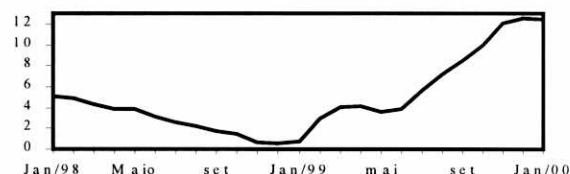
No acumulado em 12 meses, até janeiro, a taxa de inflação média – medida pela média aritmética do IPCA, do IPC-FIPE e do IGP-DI – foi de 12,47% frente aos 12,52% registrados em dezembro – ver Tabela 3.1 e Gráfico 3.2. Em fevereiro, esta taxa de inflação média acumulada em 12 meses deverá recuar ainda mais em função de um provável resultado de fevereiro de 2000 significativamente

GRÁFICO 3.1
TAXAS DE INFLAÇÃO(%)



Nota: A taxa da FIPE para fevereiro equivale à terceira prévia do mês.

GRÁFICO 3.2
MÉDIA DAS TAXAS ACUMULADAS EM 12 MESES: IPCA, IPC-FIPE E IGP-DI, (%)



melhor do que o registrado em 1999.

Este ritmo de desaceleração da inflação mais rápido do que o inicialmente esperado, registrado pelos resultados do mês de fevereiro, decorreu, no atacado, da forte deflação dos preços agrícolas – aliviados pelo recuo adicional da cotação do dólar e pela melhora das condições climáticas – e, no varejo, de uma alta menor do que a esperada dos preços de alimentos *in natura* e de serviços.

A partir do segundo trimestre do ano, a potencial elevação dos preços de combustíveis e das tarifas de serviço de utilidade pública – bem como a tendência de aumento dos preços das *commodities* internacionais – poderão vir a constituir importantes fontes de pressão inflacionária que, por sua vez, deverão ser monitoradas atentamente pelos agentes econômicos.

As perspectivas para o ano 2000 são de manutenção da trajetória de queda da inflação, uma vez que as pressões inflacionárias registradas em 1999 não deverão se repetir com igual intensidade ao longo deste ano. Nesse sentido, a meta inflacionária – medida pelo IPCA – estabelecida para o ano 2000 de 6% (com uma margem de dois pontos percentuais para cima e para baixo) deverá ser alcançada sem maiores problemas.

As expectativas de inflação para o fechamento do ano são de aproximadamente 6,5%, no varejo, e de 8,0%, no atacado – ver a Tabela de projeções de inflação do Anexo Estatístico.

O IGP-M em fevereiro

O IGP-M, no mês de fevereiro, foi de 0,35%, 0,89 ponto percentual inferior à alta de 1,24% registrada no mês de janeiro. O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram taxas de variação positivas de 0,41%, 0,05% e 0,89%, respectivamente.

TABELA 3.1
VARIAÇÃO ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Mês	Índices de preços		
	IGP-DI	IPCA	FIPE
Jan/98	6,74	4,74	3,80
Fev	6,32	4,69	3,62
Mar	5,34	4,52	3,17
Abr	4,58	3,85	3,15
Mai	4,50	3,95	3,12
Jun	4,07	3,41	1,87
Jul	3,59	3,06	0,97
Ago	3,45	2,55	0,74
Set	2,82	2,27	0,05
Out	2,44	2,05	-0,15
Nov	1,41	1,76	-1,11
Dez	1,70	1,66	-1,79
Jan/99	1,97	1,65	-1,53
Fev	6,48	2,24	0,01
Mar	8,33	3,02	0,81
Abr	8,51	3,35	0,66
Mai	7,90	3,14	-0,24
Jun	8,69	3,32	-0,50
Jul	10,84	4,57	1,36
Ago	12,64	5,69	3,14
Set	14,32	6,25	4,77
Out	16,52	7,50	5,93
Nov	19,68	8,65	7,98
Dez	19,98	8,94	8,64
Jan/00	19,82	8,85	8,71

◆4 - Finanças Públicas

Governo supera meta fiscal

O déficit público nominal acumulado em 1999 – excluindo o efeito da variação cambial – foi de 5,57% do PIB, significativamente abaixo dos 7,58% do PIB de 1998 – ver Tabela 4.1.

O total de despesas com o pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública atingiu 8,70% do PIB em 1999, contra os 7,59% do PIB em 1998.

Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 3,13% do PIB em 1999, ante um pequeno superávit de 0,01% do PIB em 1998. O Governo Federal e o Banco Central foram os principais responsáveis por este resultado, registrando um superávit de 3,20% do PIB no período, contra um superávit de 1,36% do PIB em 1998. Com este resultado, o governo superou a meta fiscal acertada com o FMI para o ano de 1999.

As receitas federais em janeiro

Segundo a Secretaria da Receita Federal, a arrecadação federal apresentou uma expansão real de 14,61% em janeiro de 2000, ante o mesmo mês de 1999 – ver Tabela 4.2. Este resultado decorreu, dentre outros fatores, da elevação da alíquota do COFINS de 2% para 3% e da obrigatoriedade do pagamento desta contribuição pelas entidades financeiras – Lei 9718/98 –, a partir do mês de março de 1999.

Dívida líquida do setor público atinge 43% do PIB

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária – foi de 42,6% do PIB em dezembro de 1999, ante os 38,1% do PIB observados em dezembro de 1998 – ver Tabela 4.3.

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) - sem desvalorização cambial
Acumulado no ano (em % do PIB)

	1998	1999
Nominal	7,58	5,57
Governo Central	5,24	2,25
Gov. Fed. e Bacen	5,01	2,61
Empresas Estatais Federais	0,22	-0,36
Governos Regionais	2,35	3,32
Governos Estaduais	1,82	2,57
Governos Municipais	0,22	0,44
Empresas Estatais Estaduais	0,25	0,27
Empresas Estatais Municipais	0,05	0,04
Juros Nominais	7,59	8,70
Governo Central	5,54	5,16
Gov. Fed. e Bacen	5,57	4,90
Empresas Estatais Federais	-0,03	0,26
Governos Regionais	2,05	3,53
Governos Estaduais	1,41	2,73
Governos Municipais	0,45	0,50
Empresas Estatais Estaduais	0,18	0,29
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,02
Primário	-0,01	-3,13
Governo Central	-0,31	-2,91
Gov. Fed. e Bacen	-1,36	-3,20
INSS	0,79	0,91
Empresas Estatais Federais	0,25	-0,63
Governos Regionais	0,30	-0,22
Governos Estaduais	0,41	-0,16
Governos Municipais	-0,22	-0,06
Empresas Estatais Estaduais	0,07	-0,02
Empresas Estatais Municipais	0,04	0,02

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1)(-) = superávit

TABELA 4.2
ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERIAS
a preços de janeiro de 2000

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)		Variação (%)	
	Dez	Jan	Jan00/ Dez99	Jan00/ Jan99
1999	15175	12537	-	-
2000	-	14369	-5,31	14,61

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

TABELA 4.3
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM
DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Dívida interna	17,6	21,8	27,0	26,7	31,8	32,7
Governo Central	3,0	6,6	12,0	13,3	16,8	16,8
Títulos públicos	11,6	15,5	21,4	28,3	35,5	37,7
Créditos do BC	-4,6	-5,3	-8,5	-7,8	-5,7	-4,1
Renegociação c/ Est. e Mun. /b	0,0	0,0	0,0	-5,5	-9,5	-12,0
FAT	-2,0	-2,5	-2,5	-2,6	-3,1	-3,1
Demais contas	-2,0	-1,1	1,6	0,9	-0,4	-1,8
Gov. estaduais e municipais	9,5	10,3	11,1	12,5	13,7	14,7
Renegociação c/ Est. e Mun. /b	0,0	0,0	0,0	5,5	9,5	12,0
Dívida mobiliária	4,7	5,5	6,2	4,3	2,4	1,2
Dívida bancária	4,5	4,8	4,9	2,6	1,8	1,5
Demais contas	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Empresas estatais	5,1	4,9	3,9	0,9	1,3	1,2
Dívida externa	8,4	5,5	3,9	4,3	6,3	9,9
Governo Central	6,2	3,5	1,6	1,9	4,3	7,6
Gov. estaduais e municipais	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7	0,9
Empresas estatais	1,9	1,7	1,9	1,9	1,3	1,4
Dívida total/a	26,0	27,3	30,9	31,0	38,1	42,6
Governo Central	9,2	10,1	13,6	15,2	21,1	24,4
Gov. estaduais e municipais	9,8	10,6	11,5	13,0	14,4	15,6
Estados	n.d.	n.d.	n.d.	11,2	12,4	13,5
Municípios	n.d.	n.d.	n.d.	1,8	2,0	2,1
Empresas estatais	7,0	6,6	5,8	2,8	2,6	2,6
Federais	n.d.	n.d.	2,5	1,0	0,5	0,4
Estaduais	n.d.	n.d.	3,2	1,7	2,0	2,1
Municipais	n.d.	n.d.	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Exclui base monetária.

TABELA 4.4
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS -
PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

	Total da Dívida fora do Bacen	Índice de Correção					
		Câmbio	TR	Over/SELIC	Pré-fixado	TJLP	Outros
méd. dia 97	100	12	9	21	57	1	2
méd. dia 98	100	18	5	46	29	0	1
méd. dia 99	100	26	4	62	8	0	1
jan 99	100	30	5	58	6	0	1
fev	100	30	4	57	7	0	1
mar	100	26	4	68	1	0	1
abr	100	25	4	67	3	0	1
mai	100	25	4	65	5	0	1
jun	100	24	3	64	8	0	0
jul	100	24	3	61	11	0	0
ago	100	26	3	59	12	0	0
set	100	26	3	60	11	0	0
out	100	27	3	58	12	0	0
nov	100	26	3	59	11	0	0
dez	100	24	3	61	9	0	2

Fonte: Banco Central.

Títulos Públicos Federais

A observação dos títulos federais classificados por indexador aponta para um aumento significativo, ao longo dos últimos anos, da participação dos títulos públicos com correção cambial no total dos títulos públicos federais. Esta participação, após atingir uma média de 12% em 1997, subiu para 26% do total dos títulos públicos federais em 1999.

Outro movimento importante foi o expressivo aumento da participação dos títulos pós-fixados – remunerados pela taxa Over/SELIC – no total, que passou de 21% em 1997, para 62% em 1999. E de esperar que esta participação venha a se reduzir ao longo do ano como resultado das medidas adotadas pelo governo recentemente, com o objetivo de alongamento do prazo de vencimento da dívida – ver seção Política Econômica da Sinopse Econômica 82.

◆5 - Mercado Financeiro

O mercado de câmbio

O mercado de câmbio, ao longo do mês de fevereiro, seguiu relativamente estável – ver Gráfico 5.1. Entretanto, nos últimos dias do mês, a cotação do dólar registrou uma tendência ligeiramente de alta influenciada por um cenário internacional conturbado, frente aos possíveis desdobramentos da alta do preço do petróleo no mercado internacional e à possibilidade de alta da taxa de juros norte-americana.

No curto prazo, não são esperados avanços significativos sobre a cotação da moeda norte-americana, dado o bom desempenho do cenário interno e o otimismo acerca do fluxo positivo de recursos – salvo alguma turbulência no cenário internacional.

No mercado futuro, os contratos de dólar com fechamento em primeiro de abril, e maio tiveram em 29/02, uma cotação de R\$ 1,7849 e R\$ 1,7977, respectivamente.

A partir do segundo trimestre do ano, especialmente no terceiro, a cotação do dólar poderá sofrer uma maior pressão de alta em função do elevado número de vencimentos externos. A expectativa é de que a cotação do dólar feche o ano ligeiramente abaixo de R\$ 2,00.

O mercado de juros

Na última reunião do Copom, o governo decidiu mais uma vez manter inalterada a taxa *SELIC* em 19,0% ao ano bem como o viés neutro – ver Gráfico 5.2.

Apesar do bom comportamento dos últimos índices de inflação, a decisão do Copom de manter inalterada a taxa de juros foi ao encontro das expectativas do mercado, frente às preocupações com a alta do preço internacional do petróleo e com o eventual aumento da taxa de juros norte-americana.

Dessa maneira, este certo conservadorismo do governo no tocante a novos cortes na taxa de juros reflete, por sua vez, o comprometimento do mesmo com o cumprimento da meta inflacionária fixada para o ano 2000 (entre 4% e 8%).

A expectativa é que, dado um cenário externo tranquilo, o governo siga com esta posição conservadora olhando atentamente para o comportamento da inflação e para o mercado internacional devendo intensificar os cortes nos juros especialmente a partir do 4º trimestre do ano quando já estaria consolidado o impacto dos reajustes das tarifas de ser-

GRÁFICO 5.1
PTAX VENDA (R\$/US\$)

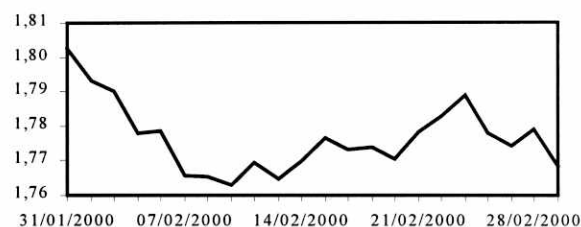


GRÁFICO 5.2
TAXA SELIC (%)

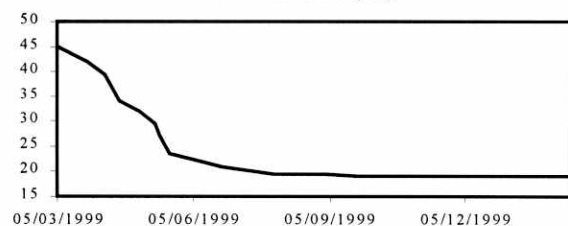
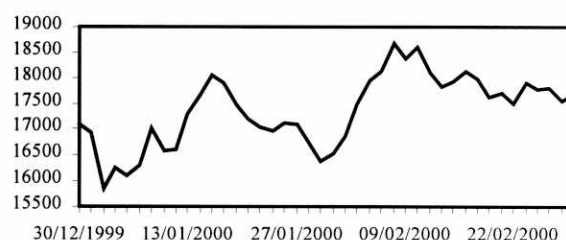


GRÁFICO 5.3
IBOVESPA - FECHAMENTO EM PONTOS



viços de utilidade pública e as expectativas de cumprimento da meta inflacionária estabelecida para o ano.

No mercado futuro, as taxas de juros DI, anualizadas, projetadas para março, abril e maio fecharam, em 29/02, em 19,00%, 18,69% e 19,13%, respectivamente.

O IBOVESPA

Recentemente, o IBOVESPA vem acompanhando com uma certa independência, em função dos bons resultados da atividade econômica do país, o comportamento da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Apesar de ter conseguido absorver parte da queda do índice Dow Jones, o mercado nacional deve seguir atento aos indicadores de nível de atividade da economia norte-americana.

No mês de fevereiro, o IBOVESPA registrou uma valorização nominal de 7,8% em relação a janeiro. No acumulado do ano, até o dia 29/02, esta valorização foi de 3,3% – ver Gráfico 5.3.

◆6 - Setor Externo

Prossegue a recuperação das exportações

Normalmente, o primeiro trimestre do ano é caracterizado, por razões sazonais, por um baixo volume de comércio exterior, especialmente no tocante às exportações que são afetadas negativamente pela redução dos embarques de produtos básicos, sobretudo do complexo de soja.

No entanto, as exportações brasileiras, neste início de ano, vêm apontando para uma intensificação do seu movimento de recuperação, o que pode ser claramente observado através da análise dos dados acumulados em 12 meses, em comparação com igual período do ano anterior – ver Gráfico 6.1.

A Balança Comercial, no mês de janeiro, registrou um déficit de US\$ 94 milhões, o que correspondeu a um resultado das exportações e das importações de US\$ 3453 milhões e US\$ 3547 milhões, respectivamente – ver Gráfico 6.2.

No comparativo janeiro 00/ janeiro 99, as vendas externas brasileiras registraram uma taxa de crescimento de 17,1%, enquanto as importações caíram 2,7%.

No tocante às exportações desagregadas, o maior destaque ficou com as vendas externas de produtos manufaturados que, neste mesmo período de comparação, cresceram 22,5% - ver Tabela 6.1.

No mês de fevereiro, até o dia 27/02, a Balança Comercial voltou a apresentar superávit, de US\$ 21 milhões, resultante de exportações de US\$ 3725 milhões e de importações de US\$ 3704 milhões, respectivamente.

Nas quatro primeiras semanas de fevereiro, a média diária das exportações foi de US\$ 196,1 milhões, o que significou um aumento de 19,3% em relação à média diária do mês de janeiro. Já a média diária das importações no mês de fevereiro, até o dia 27/02, foi de US\$ 194,9 milhões.

A partir do segundo trimestre do ano, a

TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO
Em US\$ milhões FOB

Itens	Jan		Var. %
	2000	1999	
Básicos	709	667	6,3
Industrializados	2.680	2.229	20,2
Semimanufaturados	654	575	13,7
Manufaturados	2.026	1.654	22,5
Ops. Especiais	64	53	20,8
Total	3.453	2.949	17,1

Fonte: MICT - SECEX.

GRÁFICO 6.1
EXPORTAÇÕES: VARIACÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)

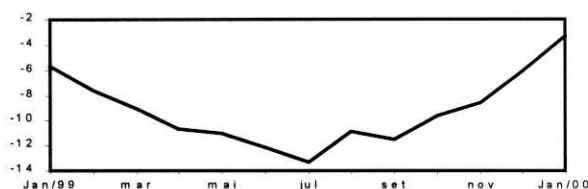


GRÁFICO 6.2
EXPORTAÇÃO X IMPORTAÇÃO (US\$ MILHÕES)

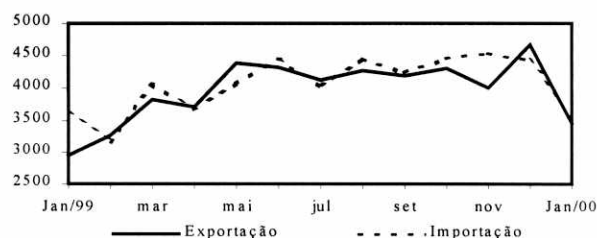
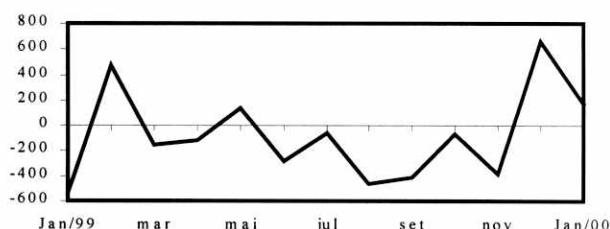


TABELA 6.3
SALDO COMERCIAL
COM AJUSTE SAZONAL
(US\$ MILHÕES)



expectativa é de uma retomada mais intensa do desempenho das exportações, decorrente, entre outros, da maior intensidade de vendas de produtos básicos.

É importante destacar, ainda, que as vendas externas brasileiras deverão se beneficiar, ao logo deste ano, da retomada do crescimento do comércio mundial e da recuperação dos preços internacionais das *commodities*. De fato, espera-se que os choques adversos sobre o desempenho das vendas externas brasileiras registrados no ano passado não deverão se repetir com igual intensidade este ano.

Com a recuperação destes preços e a melhora nos volumes – que já vem sendo sinalizada há alguns meses pelo indicador de *quantum* exportado da FUNCEX-, o saldo comercial em dólares deverá voltar a ser positivo nos próximos meses. De fato, o saldo comercial dessazonalizado já vem sendo positivo desde dezembro último – ver Gráfico 6.3.

Para o ano 2000, a expectativa é de um superávit comercial de aproximadamente US\$ 3,5 bilhões, frente ao déficit de US\$ 1 bilhão registrado em 1999 - ver Tabela de Projeções Anuais do Anexo Estatístico.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou uma queda real de 15% no acumulado em 12 meses até janeiro de 2000 - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma redução real de 22%, no período.

O valor das aprovações do BNDES caiu 23% em termos reais no acumulado 12 meses até janeiro de 2000. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma redução real de 17% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma queda real de 28% no acumulado em 12 meses até janeiro de 2000. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma redução real de 27% no período.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES registraram o montante de R\$ 915 milhões em janeiro de 2000, ante os R\$ 997 milhões registrados em igual período de 1999, ambos a preços de janeiro de 2000 - ver Tabela 7.1. A FINAME registrou uma queda real de 16% de seus desembolsos. O BNDES, por sua vez, apresentou uma redução real de 20% dos desembolsos no período, o que resultou da queda real de 35% das liberações para operações diretas e de 10% dos desembolsos para operações indiretas. Finalmente, a BNDESPAR apresentou um crescimento expressivo de seus desembolsos em janeiro de 2000, ante o mesmo mês do ano anterior.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1998 pode ser observada na Tabela 7.2. Em janeiro de 2000, apenas o setor de infra-estrutura apresentou um crescimento real, de 72% de seus desembolsos, ante 1999. A maior queda real - de 26% - coube aos desembolsos para a indústria de transformação. O setor de serviços apresentou uma queda real de 5% de suas liberações de recursos no período. A agropecuária, por sua vez, registrou uma queda real de 3% de seus desembolsos no período. Em janeiro de 2000, as liberações para a indústria de transformação apresentaram a maior participação - de 41% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	1999	2000	Em R\$ milhões	
			Var. %	
BNDES	645	515	-20,2	
Op. Diretas	269	176	-34,6	
Op. Indiretas	376	339	-9,9	
FINAME	351	296	-15,7	
BNDESPAR	1	104	13361,2	
Total	997	915	-8,2	

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Valores de janeiro de cada ano, a preços de janeiro de 2000 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

Meses	Em %			
	AGROP.	IND. TRANSF. E	INFRA-ESTRUTURA	SERVIÇOS TOTAL
jan98	67,6	42,1	-1,7	23,8 19,0
fev	105,3	64,5	91,7	55,3 74,0
mar	88,1	100,0	57,6	30,0 71,3
abr	41,2	75,5	155,4	45,6 93,4
mai	13,8	73,7	146,0	26,1 55,2
jun	-8,8	65,5	90,6	27,1 43,1
jul	-11,5	32,4	112,1	36,8 40,7
ago	-8,0	38,9	86,2	49,4 40,9
set	-13,6	40,0	53,7	32,9 30,2
out	-12,8	31,0	43,6	36,2 24,6
nov	-7,0	29,6	16,0	22,0 13,3
dez	-6,2	16,7	-1,8	17,1 2,9
jan99	46,4	-13,3	-62,2	24,5 -19,4
fev	-24,8	11,8	-67,4	-11,2 -24,0
mar	-18,7	5,6	-30,8	3,2 -8,7
abr	-12,6	8,2	-58,8	-4,2 -26,8
mai	-5,4	5,0	-56,6	-2,3 -24,7
jun	-0,6	10,5	-57,1	-15,4 -24,5
jul	1,0	8,5	-60,9	-16,7 -27,4
ago	6,0	0,8	-59,0	-21,4 -28,8
set	-4,4	-5,2	-58,5	-23,0 -30,9
out	-6,0	-2,4	-54,9	-22,1 -28,1
nov	-13,5	-5,1	-47,0	-17,4 -24,8
dez	-14,4	0,3	-30,0	-17,0 -15,8
jan00	-2,5	-25,9	71,6	-4,9 -8,2

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1999	2000	Var. %	Part %
TOTAL	997	915	-8,2	100,0
AGROPECUÁRIA	107	104	-2,5	11,3
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	509	377	-25,9	41,2
METALURGIA	53	38	-27,9	4,2
MECÂNICA	37	33	-10,7	3,6
MATERIAL DE TRANSPORTE	143	110	-22,9	12,0
CELULOSE E PAPEL	13	23	82,6	2,5
QUÍMICA, P.F., PERF., S. E VELAS	37	21	-42,5	2,3
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	159	73	-54,5	7,9
OUTRAS	67	79	17,4	8,6
INFRA-ESTRUTURA	178	306	71,6	33,4
SERVIÇOS	125	119	-4,9	13,0
OUTROS	78	9	-88,5	1,0

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

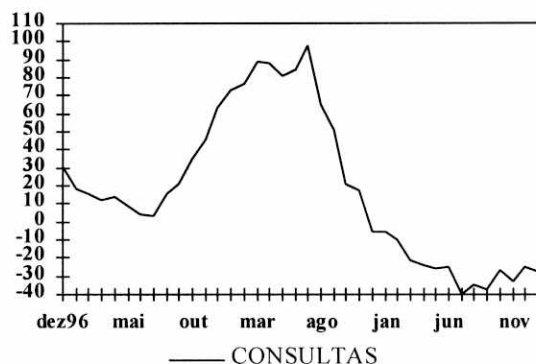
Nota: (1) Valores de janeiro de cada ano, a preços de janeiro de 2000 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

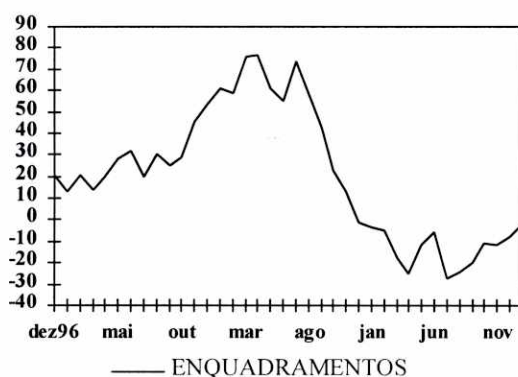


GRÁFICO 7.3

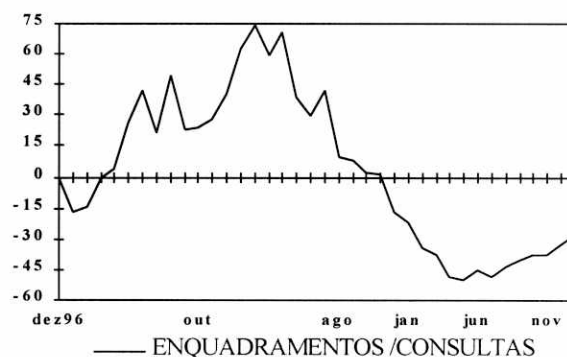


GRÁFICO 7.4

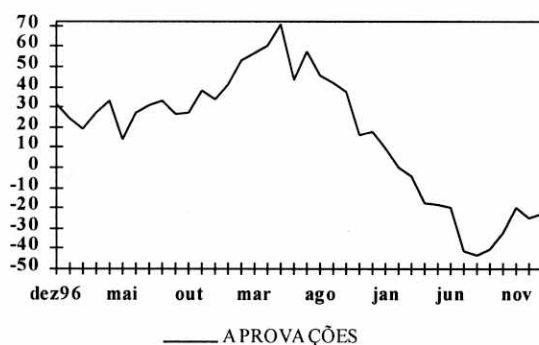


GRÁFICO 7.5

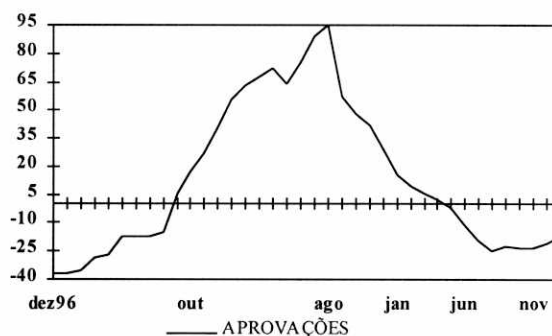


GRÁFICO 7.6

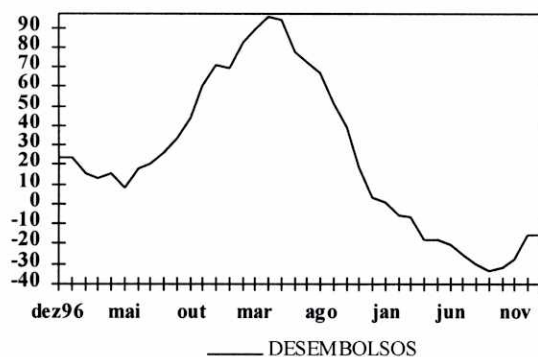
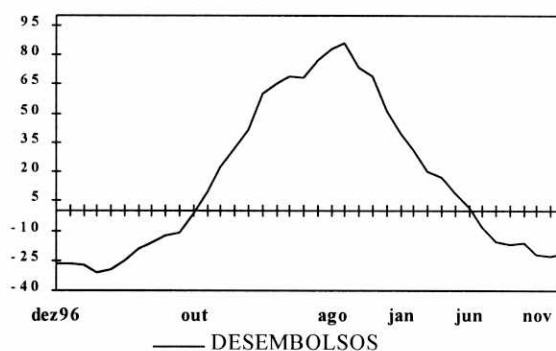


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M / FGV			Dólar Comercial (var.%) (1)			635/87 (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/98	0,96	0,96	6,88	0,65	0,65	7,41	1,38	1,38	10,15
fev	0,18	1,14	6,62	0,60	1,25	7,50	1,71	3,11	11,83
mar	0,19	1,33	5,60	0,62	1,88	7,37	-0,84	2,25	10,34
abr	0,13	1,47	5,03	0,61	2,50	7,57	2,02	4,31	13,76
mai	0,14	1,61	4,95	0,54	3,05	7,35	0,37	4,70	8,97
jun	0,38	1,99	4,58	0,56	3,63	7,43	0,43	5,15	8,70
jul	-0,17	1,82	4,31	0,56	4,21	7,39	1,09	6,29	11,27
ago	-0,16	1,66	4,05	1,16	5,42	7,81	2,98	9,46	13,20
set	-0,08	1,58	3,47	0,74	6,20	8,13	3,21	12,98	14,79
out	0,08	1,66	3,17	0,64	6,88	8,17	4,92	18,54	18,34
nov	-0,32	1,33	2,18	0,67	7,60	8,23	-0,47	17,98	18,43
dez	0,45	1,79	1,79	0,62	8,26	8,26	3,48	22,08	22,08
jan/99	0,84	0,84	1,67	64,08	64,08	76,49	59,31	59,31	91,84
fev	3,61	4,48	5,15	4,11	70,82	82,65	5,74	68,45	99,44
mar	2,83	7,44	7,92	-16,6	42,47	51,39	-16,32	40,96	68,31
abr	0,71	8,20	8,54	-3,56	37,40	45,12	-3,39	36,18	59,38
mai	-0,29	7,89	8,08	3,81	42,63	49,84	4,04	41,69	65,21
jun	0,36	8,27	8,06	2,64	46,40	52,94	3,40	46,50	70,10
jul	1,55	9,95	9,92	1,11	48,02	53,78	3,70	51,92	74,49
ago	1,56	11,67	11,81	7,08	58,50	62,77	8,63	65,03	84,06
set	1,45	13,29	13,52	0,33	59,02	62,11	1,93	68,22	81,78
out	1,70	15,21	15,36	1,60	61,57	63,66	2,46	72,36	77,52
nov	2,39	17,97	18,50	-1,55	59,06	60,05	-1,47	69,82	75,73
dez	1,81	20,10	20,10	-6,95	48,01	48,01	-6,33	59,07	59,07
jan/00	1,24	1,24	20,58	0,75	0,75	-9,12	0,18	0,18	0,03
fev	0,35	1,59	16,78	-1,88	-1,14	-14,35			

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composto pela taxa de juros, imposto de renda e variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								FBCF		Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(% do PIB)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
BBM	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54,0	-	50,5	-	3,5	-	-	-
Chase	3,9	4,4	-	-	-	-	-	-	-	-	52,7	57,3	49,2	50,1	3,5	7,2	-22,1	-20,6
Citibank	3,5	4,0	5,1	5,8	2,6	3,9	2,7	3,1	-	-	53,9	57,7	50,2	52,0	3,7	5,7	-25,3	-24,7
Garantia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54,3	59,6	51,5	55,2	2,8	4,4	-24,0	-24,9
JPMorgan	3,3	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-	57,5	65,3	53,2	58,1	4,3	7,2	-23,3	-22,1
LCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53,2	57,6	50,9	52,5	2,3	5,1	-24,1	-23,4
Macrometrica	3,7	5,6	4,0	9,3	1,2	4,0	3,9	3,7	20,4	22,1	57,5	58,9	52,3	58,3	5,1	0,7	-22,2	-25,8
MCM Consultores	3,0	4,0	3,6	5,0	1,2	2,7	2,8	3,6	21,0	20,0	56,0	61,6	52,7	56,3	3,3	5,3	-23,3	-24,5
Rosenberg	-	-	-	-	-	-	-	-	18,9	20,0	54,7	61,3	51,6	55,4	3,1	5,9	-	-
MÉDIA	3,4	4,4	4,2	6,7	1,6	3,6	3,1	3,5	20,1	20,7	54,9	59,9	51,3	54,7	3,5	5,2	-23,5	-23,7
DESVIO PADRÃO	0,33	0,63	0,65	1,89	0,65	0,60	0,53	0,28	0,89	0,99	1,65	2,55	1,21	2,76	0,78	1,93	1,03	1,69

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

(3) Conceito nominal.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC - FIPE				IGP - M			
	fev	mar	abr	2000	fev	mar	abr	2000
BBM	0,5	-	-	6,5	-	-	-	-
Chase	-	-	-	-	0,8	0,7	0,7	9,0
Citibank	0,3	0,5	0,5	6,5	0,7	0,5	0,5	9,5
Garantia	0,4	0,5	0,8	6,0	0,5	0,8	0,6	7,0
JPMorgan	0,6	0,6	-	7,0	0,6	0,6	-	7,3
LCA	-	-	-	6,5	0,0	0,5	0,8	8,5
MCM Consultores	0,6	0,4	0,3	5,7	0,6	0,2	0,0	6,6
Rosenberg	-0,1	0,3	0,5	6,8	0,1	0,3	0,5	6,8
Tendências	0,4	0,7	0,5	6,7	0,6	0,9	0,6	8,5
Média	0,4	0,5	0,5	6,5	0,5	0,6	0,5	7,9
Desvio Padrão	0,22	0,14	0,17	0,40	0,25	0,22	0,23	1,03

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços (%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/U.S.S.		
	IPCA	IPC (FIP E)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/98	0,71	0,24	0,96	0,88	0,75	0,26	1,15	1,12	1,12	1,19
fevereiro	0,46	-0,16	0,18	0,02	-0,15	0,09	0,45	1,13	1,13	1,19
março	0,34	-0,23	0,19	0,23	0,13	0,09	0,90	1,13	1,14	1,17
abril	0,24	0,62	0,13	-0,13	-0,28	-0,08	0,47	1,14	1,14	1,19
maio	0,50	0,52	0,14	0,23	0,13	0,12	0,45	1,15	1,15	1,21
junho	0,02	0,19	0,38	0,28	0,17	0,18	0,49	1,15	1,16	1,22
julho	-0,12	-0,77	-0,17	-0,38	-0,61	-0,22	0,55	1,16	1,16	1,23
agosto	-0,51	-1,00	-0,16	-0,17	-0,04	-0,31	0,37	1,17	1,18	1,26
setembro	-0,22	-0,66	-0,08	-0,02	0,06	-0,31	0,45	1,18	1,19	1,33
outubro	0,02	0,02	0,08	-0,03	-0,19	-0,08	0,89	1,19	1,19	1,26
novembro	-0,12	-0,44	-0,32	-0,18	-0,20	-0,25	0,61	1,19	1,20	1,25
dezembro	0,33	-0,12	0,45	0,98	1,74	0,23	0,74	1,21	1,21	1,29
Acum. Ano	1,66	-1,79	1,79	1,71	1,50	-0,28	7,79	-	-	-
jan/99	0,70	0,50	0,84	1,15	1,58	1,82	0,52	1,50	1,98	2,00
fevereiro	1,05	1,41	3,61	4,44	6,99	5,97	0,83	1,91	2,06	1,98
março	1,10	0,56	2,83	1,98	2,84	3,11	1,16	1,90	1,72	1,78
abril	0,56	0,47	0,71	0,03	-0,34	1,11	0,61	1,69	1,66	1,72
maio	0,30	-0,37	-0,29	-0,34	-0,82	0,71	0,58	1,68	1,72	1,73
junho	0,19	-0,08	0,36	1,02	1,35	0,89	0,31	1,77	1,77	1,82
julho	1,09	1,09	1,55	1,59	2,03	2,26	0,29	1,82	1,79	1,86
agosto	0,56	0,74	1,56	1,45	2,15	2,15	0,29	1,88	1,92	1,98
setembro	0,31	0,91	1,45	1,47	2,30	2,06	0,27	1,90	1,92	1,98
outubro	1,19	1,13	1,70	1,89	2,58	2,15	0,23	1,97	1,95	2,02
novembro	0,95	1,48	2,39	2,53	3,59	2,10	0,20	1,93	1,92	2,02
dezembro	0,60	0,49	1,81	1,23	1,60	0,97	0,30	1,85	1,79	1,95
Acum. Ano	8,94	8,64	20,10	19,99	28,88	28,32	5,74	-	-	-
jan/00	0,62	0,57	1,24	1,02	1,02	0,98	0,21	1,80	1,80	1,95
fevereiro			0,35				0,23	1,78	1,77	1,88

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/98	-5,57	0,69	1,69	3,76	-2,99	-0,30	1,13
fev	8,55	0,77	1,95	-1,62	-0,18	0,42	1,78
mar	12,80	1,21	2,01	1,93	-1,87	0,43	1,71
abr	-2,38	0,84	1,57	1,72	1,58	0,48	1,13
mai	-15,80	0,82	1,49	-2,77	1,54	0,40	1,33
jun	-2,08	0,61	1,22	0,52	1,68	0,18	1,06
jul	10,82	1,23	1,88	-3,41	-0,64	0,73	1,54
ago	-39,46	1,04	1,64	-1,05	3,02	1,32	1,38
set	1,95	1,03	2,57	8,33	5,64	0,82	1,36
out	6,80	1,31	2,86	-1,46	-5,34	0,56	1,97
nov	22,87	1,44	2,96	0,41	-0,48	0,99	2,54
dez	-21,74	0,80	1,94	-3,93	2,75	0,18	1,25
Acum. no ano	-34,63	12,44	26,53	1,81	4,31	6,38	19,76
jan/99	19,44	0,18	1,33	68,58	53,75	62,71	0,89
fev	5,24	-2,20	-1,19	-2,45	-4,45	0,49	-1,17
mar	16,74	-1,13	0,49	-18,70	-12,58	-18,90	-0,40
abr	5,37	0,40	1,63	-1,65	-4,05	-4,24	1,25
mai	-2,02	1,37	2,31	-2,60	0,87	4,11	2,05
jun	4,47	0,45	1,31	-1,01	4,82	2,27	0,96
jul	-11,56	-0,74	0,11	-2,18	0,37	-0,43	-0,35
ago	-0,38	-0,75	0,01	3,39	5,10	5,44	-0,31
set	3,63	-0,66	0,04	17,66	-1,43	-1,10	-0,26
out	3,58	-0,96	-0,32	-2,20	0,31	-0,11	-0,60
nov	15,02	-1,65	-0,98	-4,16	-2,33	-3,85	-1,27
dez	21,84	-0,99	-0,20	-10,07	-5,18	-8,60	-0,63
Acum. no ano	109,76	-6,53	4,57	27,17	25,85	23,23	0,10
jan/00	-5,28	-0,51	0,22	-2,40	-1,22	-0,48	-0,03
fev	7,38	0,38	1,10	1,03	-3,93	-2,22	0,85
Acum. no ano	1,71	-0,14	1,31	-1,39	-5,10	-2,70	0,82

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicatas(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasse do BNDES(6)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jun98	10,63	5,68	59,19	17,17	4,41	10,47	10,24	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	-	5,62	57,69	16,22	4,38	12,02	10,22	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,53	54,70	16,72	4,21	12,74	10,33	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	11,68	5,13	70,02	20,21	5,26	13,45	11,63	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	-	4,98	71,90	20,01	5,44	15,96	11,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	5,15	71,33	18,94	5,34	14,34	11,76	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	18,06	5,08	64,02	18,54	5,00	12,94	11,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan99	12,84	4,91	75,22	20,32	5,68	11,98	11,74	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,06	81,82	53,87	6,08	14,83	12,56	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	5,06	75,71	25,50	5,77	13,00	12,85	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	13,48	5,04	74,19	18,81	5,67	15,92	11,34	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	5,25	65,15	17,12	5,09	16,78	10,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	5,62	60,48	15,22	4,63	13,00	10,58	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	14,05	5,71	57,90	13,16	4,36	11,56	10,70	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,92	54,74	13,15	4,22	12,54	10,67	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	5,93	54,10	12,99	4,11	17,49	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	12,50	6,12	50,04	12,74	3,84	14,78	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,06	49,85	12,77	3,91	14,70	9,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,13	49,81	12,76	3,79	14,71	10,06	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
Jan/00	12,00	6,17	49,07	11,93	3,84	15,72	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	6,29	42,74	13,44	3,40	12,12	9,96	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas e ACC: valores referentes ao dia 11/02/00. (6) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro.